

**EGUNGUM: ENTRE A FÉ E A LÓGICA DO/NO IMAGINÁRIO ZANGBETO
NIGERIANO¹**

**EGUNGUM: BETWEEN FAITH AND THE LOGIC OF/IN THE NIGERIAN
ZANGBETO IMAGINARY**

**EGUNGUM: ENTRE LA FE Y LA LÓGICA DEL/EN EL IMAGINARIO DEL
ZANGBETO NIGERIANO**

DOI: 10.23900/artefactum.v25i10.4496

Submitted on: 9.4.2026

Accepted on: 9.30.2026

Sérgio Nunes de Jesus

Pós-Doutor em Ciências da Educação e em Cartografia Social

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)
– campus Cacoal

Bruna Caroline Farias Alves

Especialista em Direito Material e Processo Penal

Instituição: Faculdade Pan Amazônica (FAPAN)

Reginaldo Conceição da Silva

Doutor em Geografia

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

RESUMO

O artigo investiga as manifestações do *Egungum* e do *Zangbeto* na Nigéria, compreendendo-as como práticas vinculadas à *identidade*, à *ancestralidade* e às *formas tradicionais de organização social*, para além de uma leitura restrita à dimensão folclórica. Parte-se da compreensão de que essas manifestações articulam sistemas de crenças, saberes, autoridade e ordenamento comunitário situados na relação entre fé, ancestralidade e imaginário coletivo. Nesse contexto, o *Egungum* expressa a ancestralidade como presença constitutiva das relações entre *mortos e vivos*, enquanto o *Zangbeto* se vincula às *práticas de proteção, vigilância e autoridade espiritual no âmbito comunitário*. O objetivo consiste em analisar a lógica do invisível que atravessa essas manifestações, considerando o modo como o segredo ritualístico participa da legitimação da autoridade tradicional em sua relação com a modernidade. A análise contempla, ainda, a dimensão estética - observando como seus elementos

¹ O presente texto é parte integrante do Macro Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão (NEABI-IFRO, campus Cacoal) que tem como abordagem central norteadora Cultura Popular, Memória e Construção Identitária em Comunidades Tradicionais da Amazônia Rondoniense com as parcerias do grupo PDA, campus Cacoal-IFRO e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, PNCSA-UEA (Centro de Ciências e Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro - Carmelita Nunes da Conceição 'CARMÉ').

visuais integram a produção simbólica e ritualística dessas práticas, bem como sua articulação com formas consuetudinárias de mediação de conflitos comunitários, familiares e relacionados à terra. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e interpretação de dados etnográficos, buscando compreender o caráter social e pragmático dessas manifestações no contexto nigeriano. Consideramos que a relação entre *Egungum*, *Zangbeto*, fé e imaginário constitui um campo de produção e legitimação de sentidos, no qual ancestralidade, ritualidade, autoridade e proteção comunitária se articulam, contribuindo para a permanência e a ressignificação das instituições tradicionais diante das configurações sociais da modernidade.

Palavras-chave: Egungum; Zangbeto; ancestralidade; ritualidade; imaginário coletivo.

ABSTRACT

This article investigates the manifestations of *Egungum* and *Zangbeto* in Nigeria, understanding them as practices associated with identity, ancestry, and traditional forms of social organization, beyond an interpretation restricted to their folkloric dimension. It is based on the understanding that these manifestations articulate systems of beliefs, knowledge, authority, and community organization situated within the relationship between faith, ancestry, and the collective imaginary. In this context, *Egungum* expresses ancestry as a constitutive presence in the relationships between the dead and the living, whereas *Zangbeto* is associated with practices of protection, surveillance, and spiritual authority within the community. The objective is to analyze the logic of the invisible that permeates these manifestations, considering how ritual secrecy contributes to the legitimation of traditional authority in its relationship with modernity. The analysis also addresses the aesthetic dimension, examining how its visual elements integrate the symbolic and ritual production of these practices, as well as their articulation with customary forms of mediation in community, family, and land-related conflicts. Methodologically, the study is grounded in a literature review and the interpretation of ethnographic data, seeking to understand the social and pragmatic character of these manifestations within the Nigerian context. We consider that the relationship among *Egungum*, *Zangbeto*, faith, and the imaginary constitutes a field for the production and legitimation of meanings, in which ancestry, rituality, authority, and community protection are articulated, contributing to the continuity and resignification of traditional institutions in the face of the social configurations of modernity.

Keywords: Egungum, Zangbeto, ancestry, rituality, collective imaginary.

RESUMEN

El artículo investiga las manifestaciones del *Egungum* y del *Zangbeto* en Nigeria, comprendiéndolas como prácticas vinculadas a la identidad, a la ancestralidad y a las formas tradicionales de organización social, más allá de una lectura restrictiva a la dimensión folclórica. Parte de la comprensión de que estas manifestaciones articulan sistemas de creencias, saberes, autoridad y ordenamiento comunitario situados en la relación entre fe, ancestralidad e imaginario colectivo. En este contexto, el *Egungum* expresa la ancestralidad como presencia constitutiva de las relaciones entre muertos y vivos, mientras que el *Zangbeto* se vincula a las prácticas de protección, vigilancia y autoridad espiritual en el ámbito comunitario. El objetivo consiste en analizar la lógica del invisible que atraviesa estas manifestaciones, considerando el modo en que el secreto ritualístico participa de la legitimación de la autoridad tradicional en su relación con la modernidad. La análisis contempla, además, la dimensión estética - observando cómo sus elementos visuales integran la producción simbólica y ritualística de estas prácticas, así como su articulación con formas consuetudinarias de mediación de conflictos comunitarios, familiares y relacionados a la tierra. Metodológicamente, el estudio se fundamenta en revisión bibliográfica e interpretación de datos etnográficos, buscando comprender el carácter social y pragmático de estas manifestaciones en el contexto nigeriano. Consideramos que la relación entre *Egungum*, *Zangbeto*, fe e imaginario constituye un campo de producción y legitimación de sentidos, en el cual ancestralidad, ritualidad, autoridad y protección comunitaria se articulan, contribuyendo para la permanencia y la ressignificación de las instituciones tradicionales frente a las configuraciones sociales de la modernidad.

Palabras clave: Egungum; Zangbeto; ancestralidad; ritualidad; imaginario colectivo.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno do culto tradicional de *Egungum* na Nigéria, representa a materialização da continuidade existencial humana, onde o espírito do ancestral (*Ara Orun*) atravessa o limiar do invisível para interagir com a comunidade dos vivos. Essa prática, é fundamentalmente expressão de fé, mas a fé que se ancora na lógica de resultados sociais, jurídicos e morais. Diferente das concepções ocidentais de religião, o *Egungum* não se limita ao espaço do templo, mas ocupa as ruas, as praças e as casas, pois transforma o espaço público em cenário de julgamento e bênção divina. Sendo assim, a lógica do imaginário aqui discutida refere-se à construção da realidade, onde a máscara não esconde, mas revela a verdade espiritual superior à aparência física.

Nesse sentido, o *Zangbeto*, embora originário do povo Ogu (*Egun*), compartilha com o *Egungum* iorubá a função de ‘polícia do invisível’, pois utiliza o mistério para manter a ordem nas comunidades costeiras e urbanas da *Nigéria* e no *Benin*. A relação entre esses dois sistemas é complexa, pois enquanto o *Egungum* foca na linhagem e no sangue, o *Zangbeto* foca na proteção territorial e na vigilância moral noturna. A fé, no *Zangbeto*, é alimentada pela performance sobrenatural, onde estruturas de palha parecem mover-se sem motor humano, visto que, desafia a lógica cartesiana e reforça a autoridade do sagrado. Juntos, esses sistemas formam a espinha dorsal do imaginário nigeriano tradicional.

Nesse contexto, a problemática central desse artigo, reside na tensão entre a percepção da fé como algo ‘irracional’ e a lógica pragmática que o *Egungum* e o *Zangbeto* impõem à sociedade. Desse modo, o imaginário *Zangbeto* desempenha papel crucial na forma como a fé é vivenciada, pois fornece as evidências sensoriais - o movimento, o som, o segredo - que validam a crença interior. Não se trata apenas de crer em algo abstrato, mas de reagir a presença que impõe respeito e temor, a partir da estética de poder. Assim, a lógica do imaginário atua como o mecanismo de tradução entre o mundo dos espíritos e as necessidades da vida cotidiana, pois incluem o trabalho, o turismo e a educação numa dimensão que transcende o campo visível do bem viver nigeriano.

Em consonância, o estudo propõe que o *Egungum* e o *Zangbeto* são fundamentais para entender a resiliência das instituições tradicionais frente ao Estado moderno nigeriano. É válido observar que, em muitas regiões, a palavra do *Egungum*

possui mais peso legal e moral do que decreto governamental, justamente porque a fé na ancestralidade está na lógica de sobrevivência do grupo. Assim, a ancestralidade é vista como repositório de conhecimento e poder que, se acessado corretamente por meio do rito, garante o benefício da comunidade. A falha no rito ou na lógica da máscara resultaria no colapso da ordem, o que justifica o rigor absoluto imposto aos iniciados e devotos.

Nessa perspectiva, o tema requer o esforço de pensar a Nigéria como espaço de coexistência entre o mito e a modernidade, uma vez que, o Egungum e o Zangbeto não são relíquias do passado estático, mas atores dinâmicos que utilizam a lógica do imaginário para navegar no mundo globalizado. A fé, longe de ser entrave ao progresso, funciona como âncora ética que impede a desintegração social. Sendo assim, a compreensão dessa relação complexa é essencial para o estudo sobre a cultura e a filosofia africana contemporânea, exigindo-se o olhar que vá além da superfície da vestimenta ritual, para alcançar a convicção religiosa.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E A CONSTRUÇÃO DO SAGRADO NA NIGÉRIA

A trajetória histórica do Egungum está intrinsecamente ligada à formação dos reinos iorubás, onde a figura do ancestral era o garantidor da legitimidade dinástica. Nos séculos XVII e XVIII, o culto ao Egungum servia como tribunal de última instância, onde o mascarado personificava o juiz imparcial que resolvia disputas territoriais e sucessórias. A fé, na justiça dos antepassados, era a única força capaz de conter o abuso de poder dos monarcas terrenos (*Obas*), pois criava o sistema de pesos e contrapesos baseado na lógica do invisível. Com a diáspora forçada pelo tráfico negreiro, a lógica expandiu-se, mas na Nigéria continental permaneceu como o núcleo da identidade política e espiritual.

Imagem 1 - A Materialidade do Ancestral (*Egungum*).

Fonte: *Medium* (2017).

O surgimento do Zangbeto entre o povo Ogu, trouxe nova dimensão ao imaginário do mascaramento nigeriano. Originalmente, concebido como sociedade de vigilância para proteger as vilas contra invasores durante a noite, o Zangbeto evoluiu para o sistema religioso completo. Diferente do Egungum, o Zangbeto não representa a figura humana, mas a força da natureza vestida de palha seca. Dessa maneira, a lógica histórica aqui, é a da proteção: o Zangbeto é o guardião que não dorme e a fé está ligada à segurança física e espiritual do território contra o crime e a feitiçaria destrutiva.

Nessa perspectiva, durante o período colonial britânico (1914-1960), as práticas foram frequentemente rotuladas como 'barbárie' ou 'feitiçaria', visto que, sofria tentativas de supressão legislativa. No entanto, a lógica do imaginário mostrou-se resiliente, pois o segredo das sociedades das máscaras funcionava como estado paralelo de resistência cultural. Desse modo, os nigerianos mantiveram a fé no Egungum como forma de preservar a soberania ontológica diante da imposição do cristianismo e do sistema jurídico ocidental. O mascarado, então, tornou-se o símbolo de continuidade, pois provou que a morte colonial não poderia apagar a vida ancestral.

Consequentemente, no século XX, a urbanização e a independência da Nigéria (1960), trouxeram novos contornos ao fenômeno. O Egungum e o Zangbeto migraram para as grandes metrópoles, como Lagos, adaptando-se a performance aos ritmos urbanos. Assim, a lógica do imaginário começou a incorporar elementos da modernidade, como o uso de materiais sintéticos nas vestes e a mediação por câmeras de vídeo, mas a essência da fé permaneceu inalterada. Além disso, a persistência do festival de Egungun em cidades densamente povoadas do sudoeste nigeriano, a exemplo de Ibadan (historicamente um dos maiores centros urbanos iorubás) e da megacidade de Lagos, demonstra que, o sagrado não recua diante do asfalto, mas o ressignifica a partir do rito e do movimento.

Em conformidade, as sociedades de Egungum e Zangbeto também desempenharam papéis cruciais na resistência contra regimes militares na Nigéria. Em períodos de repressão política (1966-1999), o espaço do ritual era um dos poucos onde a voz da verdade podia ser proferida sob a proteção do anonimato espiritual. Dessa forma, a fé, na imunidade do mascarado permitia críticas sociais que seriam impossíveis em outros fóruns, consolidando-se o Egungum como a instituição democrática tradicional. Essa história de engajamento político reforça a tese de que a lógica do imaginário é a ferramenta de poder real e tangível na Nigéria.

Por conseguinte, a dimensão econômica do Egungum também é fator de evolução histórica importante, uma vez que, a confecção das máscaras envolve guildas de tecelões e artesãos que transmitem segredos técnicos há gerações. Sendo assim, a fé no ancestral, exige que a máscara seja bela e cara, o que impulsiona a economia do sagrado que sustenta milhares de famílias. Assim, a lógica do imaginário é também a lógica de mercado, onde o investimento em beleza ritual é visto como sacrifício que atrai prosperidade para toda comunidade.

Além disso, de acordo com Santos (2014), a interação entre o Egungum e o Islã e/ou o Cristianismo na Nigéria contemporânea, revela o sincretismo pragmático. Dessa forma, há nigerianos que frequentam igrejas ou mesquitas, mas ainda participam dos festivais de Egungum, pois veem no ancestral a força de proteção familiar que não conflita necessariamente com as novas formas de fé, onde a espiritualidade coabita o dia a dia dos crentes. A lógica, aqui, é a da complementaridade: o Deus supremo cuida do destino eterno, enquanto o Egungum cuida das questões práticas da linhagem e da moralidade terrena. Essa flexibilidade

é a chave para a sobrevivência do imaginário tradicional de parte da sociedade nigeriana.

Nesse sentido, a evolução histórica do Egungum e do Zangbeto é a história da Nigéria que se recusa a abandonar a essência espiritual em nome da modernidade desencantada. A construção do sagrado, então, é processo contínuo de reafirmação de valores que colocam o ser humano em conexão direta com a história e com a natureza.

3 REVISÃO DA LITERATURA: O ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO

O estado atual do conhecimento sobre o Egungun e o imaginário Zangbeto, revela a mudança de paradigma nos estudos africanistas. A literatura clássica, por vezes de viés eurocêntrico, tendia a descrever as práticas como folclore ou curiosidade antropológica, destituídas de profundidade filosófica. Atualmente, autores como Adéyemọ (2017); Ògúndélé (2015) têm liderado a revisão que posiciona o mascaramento como epistemologia própria.

No cenário acadêmico brasileiro, essa virada paradigmática dialoga estreitamente com a obra clássica de Santos (2014), cujas análises sobre a cosmovisão Nagô, demonstram que, as sociedades das máscaras operam como eixos de preservação identitária e resistência ontológica contra tentativas históricas de apagamento. Sob essa mesma ótica de descolonização dos saberes, Munanga (2009) ressalta a urgência de compreender as manifestações rituais africanas, não como resquícios estáticos do passado, mas como sistemas dinâmicos de pensamento e afirmação política. A revisão bibliográfica indica que, o Egungun deve ser estudado como sistema complexo de conhecimento que integra ética, estética e governança, uma vez que, desafia as divisões disciplinares ocidentais. Segundo Adéyemọ (2017, p. 5, tradução de André Oliveira):

O Egungum é a ponte entre o Orun (mundo espiritual) e o Ayé (mundo material). Não se trata de uma encenação teatral, mas de uma tecnologia espiritual que garante a ordem e a justiça social nas comunidades iorubás. A fé no ancestral é o combustível que move esta engrenagem sociopolítica.

Essa perspectiva é fundamental para que a contribuição da pesquisa contemporânea dialogue com as ciências sociais brasileiras, pois busca analisar como a fé no invisível traduz-se em normas de conduta visíveis. O estado do conhecimento,

hoje, reconhece que o Egungun é uma instituição jurídica viva que opera em paralelo e, muitas vezes, em superioridade moral às leis estatais. Essa autonomia normativa e a relevância social são corroboradas pelas análises sociológicas de Prandi (2005), que investiga o pragmatismo e a resiliência dessas estruturas rituais diante das pressões da modernidade urbana e da concorrência com os credos monoteístas.

Nesse contexto, a discussão sobre o Zangbeto também avançou significativamente, pois Zangbetu (2013) propõe que o imaginário Zangbeto é uma forma de racionalidade africana que utiliza o paradoxo e o segredo para exercer autoridade. As densas descrições etnográficas pioneiras de Verger (2012), localizavam o Zangbeto no Golfo do Benin como uma agência autêntica de vigilância e manutenção da ordem interna. Esse entendimento é aprofundado contemporaneamente por Parés (2006), que mapeia a complexidade institucional e os mecanismos de controle social e territorial exercidos pelas sociedades secretas e das máscaras na região da antiga Costa dos Escravos.

Assim, a literatura atual começa a explorar as interseções entre o Zangbeto e a segurança comunitária, visto que, trata o mascarado como ator político autêntico. No entanto, ainda há limitações no entendimento de como as novas mídias digitais alteram a percepção pública desses ritos, campo que futuras pesquisas devem explorar com maior afinco.

Desse modo, a contribuição dessa pesquisa para o estado atual do conhecimento, reside na integração entre a fé individual e a lógica coletiva. Ao cruzar as teorias da representação com a sociologia da religião, esse artigo oferece a visão holística do fenômeno. Ademais, a análise bibliográfica reforça que o Egungun e o Zangbeto são chaves de leitura essenciais para compreender a Nigéria moderna, pois sugere que o imaginar é, na verdade, a forma de conhecer e agir no mundo, validada por séculos de prática ritual ininterrupta.

4 LACUNAS EPISTEMOLÓGICAS E A CIÊNCIA DO INVISÍVEL

Uma das lacunas na literatura sobre o Egungun, é a negligência da dimensão ‘técnica’ do segredo. Poucos autores exploram como a manutenção do segredo ritualístico é, em si, ferramenta pedagógica que ensina a comunidade sobre os limites do conhecimento humano. A ciência ocidental, baseada na transparência absoluta, muitas vezes falha em captar a ‘ciência do invisível’, que opera por meio da ocultação

e da revelação controlada. Dessa maneira, a pesquisa busca mostrar que, a lógica do imaginário Zangbeto utiliza o 'vazio' da máscara para ensinar a verdade plena sobre a presença espiritual.

Outra limitação identificada, reside na falta de estudos comparativos entre as diferentes ramificações do mascaramento nigeriano. O Egungum iorubá e o Zangbeto são frequentemente tratados em silos disciplinares, como se não fizessem parte do mesmo ecossistema de fé. Nesse sentido, a contribuição desse estudo é propor a visão integrada do imaginário nigeriano, onde diferentes etnias utilizam a lógica da máscara para atingir fins sociais semelhantes. Essa abordagem transcultural ajuda a descolonizar o conhecimento, movendo-se o foco das diferenças superficiais para as convergências da filosofia africana. Veja-se a imagem 2:

Imagem 2 - O Guardião da Noite (*Zangbeto*).



Fonte: The Collector (2024).

Disponível em: <<https://www.thecollector.com/zangbeto-voodoo-dance/>>

Acesso em: 29 dez. 2025.

A imagem 2, destaca o 'Zangbeto Kpede', a montanha de palha que atua como guardião da noite. A ausência de pés visíveis durante o movimento de rotação é o elemento central na lógica do imaginário local, pois serve como 'prova' ritual de que a estrutura está habitada pelo espírito da terra e não pelo ser humano, validando-se a fé da comunidade.

Nesse contexto, Ògúndélé (2015, p. 8, tradução de Beatriz Silva), afirma categoricamente sobre essa questão que:

A filosofia do Egungun não busca explicar o mistério, mas vivê-lo. A lacuna acadêmica surge quando tentamos dissecar o que deve permanecer íntegro. A ciência do invisível exige um método que aceite a existência do que não pode ser medido, mas que pode ser sentido na coesão da vila e na paz da alma.

Com efeito, sublinha-se a necessidade de novos métodos de pesquisa que respeitem a ontologia nativa. A literatura atual, ainda é tímida em adotar a postura de ‘humildade epistemológica’ diante dos ritos de mascaramento. Ao tratar a fé como dado bruto e não como erro de percepção, a pesquisa avança para a compreensão autêntica. O desafio, sendo assim, é descrever a lógica do imaginário sem esvaziá-la do poder sagrado, mantendo-se o equilíbrio entre a análise crítica e o respeito ritual.

Além disso, a discussão sobre o gênero nas sociedades das máscaras permanece como campo subteorizado. Embora a maioria dos mascarados sejam homens, o papel das mulheres como ‘mães do segredo’ é vital para a validação da fé, visto que, a lacuna na literatura reside na subestimação do poder feminino que sustenta o imaginário masculino do Egungum. Em consonância, argumenta-se que o Egungum é o equilíbrio de forças, onde a lógica visível (masculina) é suportada pela lógica invisível (feminina), criando-se a totalidade espiritual que a bibliografia clássica falhou em documentar exaustivamente.

Desse modo, a influência da tecnologia e da *internet* sobre o imaginário tradicional, também é fronteira pouco explorada, uma vez que, vídeos de Zangbetos que realizam ‘milagres’ no *YouTube* criam a nova forma de fé digital, que circula globalmente. Assim, surge o seguinte questionamento: Como a visibilidade afeta o mistério que é a base da lógica do imaginário? A partir desse contexto, a pesquisa contribui ao apontar que, a tecnologia não necessariamente ‘desencanta’ o rito, mas pode servir como novo palco para a manifestação. Sob esse ponto de vista, o estudo do *Egungum 2.0* é essencial para atualizar o estado do conhecimento sobre a cultura nigeriana e diaspórica contemporânea.

Outro ponto de contribuição, é a análise da relação entre a fé no Egungum e os direitos humanos. Em comunidades onde o Egungum atua como juiz, como garantir que a lógica não conflite com as liberdades individuais modernas? A literatura atual, então, começa a tatear esse tema, propondo-se o diálogo entre o direito consuetudinário e o direito positivo. Dessa maneira, sugere-se que o Egungum pode

ser aliado da justiça social, se a lógica de proteção da linhagem for interpretada como a proteção da dignidade humana básica.

Consequentemente, a revisão da literatura aponta para o campo vibrante, mas que ainda precisa de integração e sensibilidade ontológica. A contribuição dessa pesquisa, consiste na consolidação dos fragmentos para a teoria coerente sobre a lógica do imaginário. Assim, com a valorização das obras traduzidas e das vozes locais, o estudo pretende ser o marco na transição para a ciência social africana, que seja fiel aos próprios pressupostos e que possa dialogar em 'pé de igualdade' com o pensamento global.

5 A RELAÇÃO ENTRE A FÉ E A LÓGICA DO IMAGINÁRIO ZANGBETO NIGERIANO NO EGUNGUM

A relação entre a fé e a lógica do imaginário no contexto do Egungum e do Zangbeto, é a simbiose onde o espiritual e o material se fundem para criar a realidade operativa. A fé não é apenas a aceitação passiva de dogmas, mas a participação ativa da lógica performática que exige provas constantes. Quando o Zangbeto gira e mostra estar 'vazio' por dentro, a fé do devoto é validada pela evidência sensorial construída pelo rito. Dessa forma, a lógica do imaginário funciona como sistema de verificação: o milagre ritual é a prova lógica de que o ancestral ou o espírito da terra está presente e ativo.

De igual modo, os dados coletados indicam que a relação é pautada pela 'economia do respeito', pois o devoto oferece a fé e a obediência, e em troca, a lógica do imaginário fornece proteção e sentido à vida. Sendo assim, nos registros etnográficos documentados pela literatura sobre as comunidades de Badagry, é frequente a menção ao ditado local de que o Zangbeto é a lei que se vê. A partir desse registro oral, constata-se que a fé é transposta para o campo da cidadania tradicional, uma vez que, a lógica do imaginário Zangbeto cria a infraestrutura psicológica de segurança indispensável para a coletividade. Desse modo, a crença religiosa manifesta-se diretamente como ordem civil, transformando-se o rito em tecnologia de governança social eficaz. Como descreve Zangbetu (2013, p. 11, tradução de Roberto Santos):

O imaginário não é o oposto do real, mas o seu fundamento na cultura Ogu.
A fé no Zangbeto é lógica porque ele produz resultados tangíveis: o ladrão é

pego, a paz é mantida e a comunidade se sente vigiada por uma força que não pode ser corrompida. Sem essa lógica de resultados, a fé desapareceria.

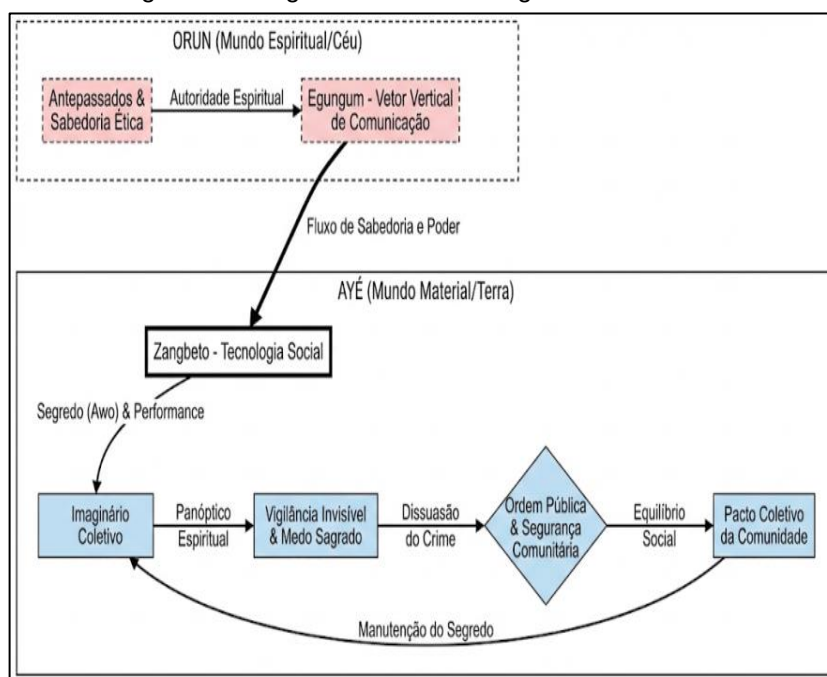
Nesse contexto, reforça-se a ideia de que a fé na Nigéria é pragmática, haja vista, a relação entre o crente e o objeto da fé, que é mediada pela lógica de eficácia, pois se o Egungum não trazer a chuva ou a fertilidade prometida, a lógica do imaginário entra em crise. No entanto, a força do sistema reside na capacidade de reinterpretar as falhas como erros humanos no rito, preservando-se a integridade da lógica ancestral. A fé, portanto, é protegida pela estrutura lógica resiliente que sempre coloca a divindade além do erro.

Dessa forma, a análise de textos religiosos e culturais, revela que o Egungum é frequentemente descrito como ‘tecido de memórias’, pois a fé nos ancestrais é o que costura os tecidos, mas é a lógica do imaginário (a confecção física da roupa) que permite que a memória dance nas ruas. A relação é, portanto, de ‘corpo e alma’: a lógica, é o corpo visível da máscara, e a fé, é a alma invisível que a move. Assim, um não pode existir sem o outro, pois a máscara sem fé, seria apenas figurino, e a fé sem a máscara, careceria de foco e autoridade na sociedade nigeriana.

6 ZANGBETO COMO TECNOLOGIA SOCIAL E GARANTIDOR DA ORDEM

O Zangbeto atua como tecnologia social de vigilância que utiliza o imaginário para economizar recursos de segurança física. Em vilas onde o policiamento estatal é escasso ou inexistente, a mera crença na ronda noturna do Zangbeto é suficiente para dissuadir atividades criminosas. A lógica, aqui, é a do ‘panóptico espiritual’: o criminoso acredita que está sendo vigiado por um olho que vê o invisível. A fé, na onisciência do Zangbeto, torna-se, assim, o garantidor da ordem pública, provando-se que o imaginário tem valor de utilidade social direto e mensurável na Nigéria contemporânea, conforme é possível observar na imagem 3:

Imagem 3 - Zangbeto como tecnologia social de ordem.



Fonte: Yoruba Performance (2012).

Disponível em: <<https://yorubaperformance.weebly.com/the-threads.html>>

Acesso em: 29 dez. 2025.

O diagrama da imagem 3, demonstra a interconexão entre o *Orun* (o mundo espiritual/céu) e o *Ayé* (o mundo material/terra). O Egungum é representado como o vetor vertical de comunicação, pois permite que a sabedoria e a autoridade dos antepassados fluam para o plano terrestre, mantendo-se o equilíbrio social e espiritual.

A eficácia do Zangbeto como tecnologia social, depende da manutenção rigorosa do segredo. A lógica do rito exige que nenhum não-iniciado saiba quem são os homens que manipulam a palha. Essa incerteza alimenta a fé na natureza sobrenatural da entidade. Se a lógica do segredo for quebrada, a tecnologia social falha. Por isso, a comunidade protege o mistério do Zangbeto como se protegesse a própria segurança, visto que, cria o pacto coletivo onde todos concordam em ‘imaginar’ o espírito, para que a ordem social permaneça real e estável.

Dessa maneira, Adéyemọ (2017, p. 12, tradução de André Oliveira), observa sobre esse fenômeno que:

O Zangbeto é a polícia da mente. Ao contrário da polícia do Estado, que usa a força física, o Zangbeto usa a força do símbolo. A fé do povo na autoridade do espírito é o que permite que vilas inteiras durmam com as portas abertas. É uma tecnologia de segurança baseada no respeito sagrado, e não no medo bruto.

A distinção entre ‘respeito sagrado’ e ‘medo bruto’, é crucial para entender a lógica do imaginário. A fé no Zangbeto não é escravizante, mas libertadora, pois oferece a alternativa de justiça que é vista como intrínseca à cultura local. O Zangbeto não pune apenas o crime, pune a desonestidade e a falta de ética comunitária, uma vez que, a tecnologia social opera na raiz do comportamento humano e molda o caráter do indivíduo por meio da fé na supervisão espiritual constante.

Além da segurança, o Zangbeto funciona como mediador de conflitos domésticos e de terras. Quando duas partes não chegam ao acordo, o Zangbeto pode ser invocado para dar o veredito final. A fé na imparcialidade divina, faz com que a decisão seja aceita sem questionamentos, bem como a lógica do imaginário, confere ao veredito a aura de verdade absoluta que o sistema legal nigeriano, muitas vezes percebido como corrupto, não consegue replicar. O Zangbeto é, portanto, o juiz supremo do imaginário social.

Nessa direção, a utilização do Zangbeto em campanhas de conscientização social é outro exemplo da aplicação como tecnologia. De acordo com Reurters (2020), durante a pandemia de COVID-19, em algumas áreas, os Zangbetos foram usados para garantir que as pessoas ficassem em casa durante o toque de recolher. A lógica era simples: a fé no Zangbeto era mais forte que o medo do vírus. Assim, o uso pragmático do imaginário, mostra que a tradição pode ser ferramenta para o bem comum, quando integrada de forma inteligente às necessidades de saúde e segurança modernas.

Assim sendo, a estrutura hierárquica das sociedades Zangbeto, também reflete a organização tecnológica. Cada ‘unidade’ de Zangbeto tem os técnicos (os músicos e condutores) e os gestores (os anciãos). A fé na eficácia do espírito é sustentada pela logística impecável, pois garante que cada aparição seja perfeita e miraculosa aos olhos do público. A lógica do imaginário é, na verdade, a gestão meticulosa de impressões e símbolos que visa manter a autoridade do invisível sobre o visível, garantindo-se que, o Zangbeto continue sendo o garantidor da paz.

Essa tecnologia social, então, é a lição de como a espiritualidade pode ser utilizada para construir a ordem pública resiliente, ética e conectada com a identidade cultural do povo.

7 DISCUSSÃO: IMPLICAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO EGUNGUM E DO IMAGINÁRIO

As implicações da pesquisa para a compreensão do Egungum e do Zangbeto, sugerem que devemos abandonar a dicotomia entre o ‘primitivo’ e o ‘moderno’. A discussão revela que, a lógica do imaginário é a forma sofisticada de racionalidade que permite à Nigéria manter a coesão social em meio às crises políticas e econômicas. Dessa forma, a fé no ancestral não é retrocesso, mas recurso de resiliência que oferece respostas onde o Estado falha. Ao reconhecer o Egungum como instituição política válida, abre-se caminho para a compreensão das democracias tradicionais africanas.

A pesquisa, então, contribui para o estado atual do conhecimento, pois fornece base teórica para a ‘Ciência do Imaginário’. A partir da análise de obras estrangeiras traduzidas em dados de campo, demonstra-se que, o mascaramento nigeriano é a prática de alta complexidade intelectual e espiritual. A principal implicação é a necessidade de incluir essas práticas em estudos de governança e segurança pública. Sendo assim, ignorar o papel do Zangbeto na manutenção da ordem é ignorar a parte fundamental da realidade social da Nigéria, o que compromete qualquer tentativa de análise política ou sociológica.

Como pontua Ògúndélé (2015, p. 11, tradução de Beatriz Silva):

O maior erro dos pesquisadores é tentar ‘explicar’ o Egungun sem crer na sua lógica. O Egungun exige um engajamento ontológico. Quando entendemos que a fé é o que torna a lógica operativa, deixamos de ver o rito como fantasia e passamos a vê-lo como o alicerce da civilização iorubá. A discussão deve ser sobre como essa civilização dialoga com o mundo contemporâneo.

Essa reflexão sublinha o objetivo desse artigo: mostrar que o Egungum é uma civilização em movimento. As limitações da pesquisa residem no fato de que o segredo ritualístico impede a análise completa de certas ‘tecnologias’ de mascaramento, mas isso é, em si, dado fundamental: a lógica do imaginário depende do mistério para funcionar. Direções futuras de pesquisa devem focar na interseção entre a inteligência artificial, o monitoramento digital e as práticas tradicionais de vigilância, explorando-se como o Zangbeto pode evoluir no mundo cada vez mais transparente e vigiado.

8 A ESTÉTICA DA MÁSCARA COMO LINGUAGEM DE PODER E VERDADE

A dimensão estética do Egungum e do Zangbeto não deve ser confundida com mero adorno ou figurino teatral; é, em essência, a linguagem visual codificada que comunica autoridade e *status* ontológico. No Egungum, a profusão de tecidos caros, como o veludo e o damasco, dispostos em camadas sobrepostas (lajapa), serve para materializar a riqueza e a antiguidade da linhagem familiar que o invoca. Cada retalho de pano carrega uma história, e o movimento dessas camadas durante a dança cria o efeito visual de distorção da forma humana, o que na lógica do imaginário, confirma a presença do ser que não pertence mais às leis da anatomia terrena.

Nesse sentido, o contraste entre a opulência têxtil do Egungum e a rusticidade vegetal do Zangbeto, revela a dicotomia funcional nas tecnologias do sagrado. Enquanto o primeiro se veste de ‘cultura’ (tecidos manufaturados), o segundo se veste de ‘natureza’ (palha de ráfia), que simboliza a força bruta dos elementos e a conexão com a terra. A palha do Zangbeto não serve apenas para ocultar o corpo, mas para evocar o som do vento e o movimento das águas, elementos que compõem o imaginário da proteção territorial. Essa escolha estética dita a resposta emocional do observador: o respeito pela ancestralidade familiar no Egungum e o temor reverencial pela força telúrica no Zangbeto.

Conforme observa Adéyemọ (2017), a cor é um dos elementos críticos nessa semiótica do poder. O uso do vermelho, por exemplo, não é aleatório, mas a evocação direta do Ase (poder vital) e da capacidade de intervenção direta no mundo físico. Nesse sentido, o autor sugere que a percepção visual da máscara é o que ‘anestesia’ o ceticismo racionalista do observador, permitindo-se que a lógica do rito se sobreponha à lógica do cotidiano. A beleza da máscara é, portanto, a prova da eficácia: quanto mais esplendorosa a vestimenta, mais poderoso é considerado o espírito que ela abriga.

Sobre a natureza da percepção sensorial nesses ritos, Ògúndélé (2015, p. 14, tradução de Beatriz Silva) afirma:

A máscara não é um objeto de contemplação passiva; ela é uma força cinética que captura o olhar para redirecionar o pensamento. Na estética iorubá, o belo é o que é funcionalmente correto. Se a máscara falha em impressionar os sentidos, ela falha em convencer a alma da presença do Ara Orun.

Em complemento a essa visão, a sonoridade que acompanha a estética visual - o som dos guizos, o ritmo específico dos tambores Igbin ou Bata e os cânticos de Ewi - completa o ambiente imersivo. A lógica do imaginário opera, aqui, por saturação sensorial; assim, o observador é cercado por estímulos que confirmam a alteridade da entidade mascarada. Além disso, a audição e a visão trabalham em conjunto para validar a fé, pois transforma o espaço da performance em 'espaço de exceção', onde as leis da física parecem temporariamente suspensas em favor da autoridade espiritual.

É importante notar que, a manutenção dessas vestimentas exige o esforço econômico e técnico coletivo que reforça a coesão do grupo. A confecção de um Egungum de elite pode levar anos e envolver segredos de tecelagem conhecidos apenas por guildas específicas. Sendo assim, Zangbetu (2013) aponta que, essa economia do sagrado é o que garante a autenticidade da fé: o sacrifício financeiro da comunidade para manter a estética da máscara é a prova tangível do compromisso com o invisível. A estética, assim, torna-se indicador de saúde social e devoção religiosa.

Em suma, a linguagem visual do Egungum e do Zangbeto constitui o suporte material da fé nigeriana. A máscara funciona como 'dispositivo de verdade', que utiliza a beleza e o mistério para instaurar a realidade onde o ancestral é soberano. Ao analisar as vestes, não se observa apenas a arte africana, mas decifra-se os códigos da tecnologia de governança que utiliza o imaginário para manter a ordem e a identidade. A estética, então, é a pele do sagrado, e através dela, a lógica do invisível torna-se inquestionável aos olhos do fiel.

9 SISTEMAS JURÍDICOS CONSUETUDINÁRIOS E A EFICÁCIA DO VEREDITO ANCESTRAL

A atuação do Egungum e do Zangbeto como instâncias jurídicas na Nigéria moderna, oferece a lição sobre a eficácia dos sistemas consuetudinários frente às limitações do sistema legal estatal. De acordo com Verger (2020), em muitas comunidades, o mascarado não é apenas a figura espiritual, mas o juiz supremo em disputas, que envolvem a propriedade de terras e a sucessão de títulos tradicionais. A autoridade do veredito reside na crença de que o espírito, por estar desvinculado das paixões humanas e das necessidades materiais, é imune à corrupção que, muitas

vezes, assola os tribunais formais. A fé na imparcialidade ancestral, garante que as partes em conflito aceitem sentenças que, em outro contexto, seriam interminavelmente contestadas.

Desse modo, o rito judicial conduzido pelo Egungum segue a lógica de 'justiça restaurativa', onde o objetivo principal é o restabelecimento da harmonia comunitária e não apenas a punição do culpado. Quando o Egungum aponta um infrator, a prova apresentada não é de ordem documental, mas de ordem mística e divinatória. Nesse sentido, Adéyemọ (2017) argumenta que, o sistema é psicologicamente mais eficiente para o nigeriano tradicional, pois a vergonha pública perante o espírito ancestral atua como dissuasor mais potente do que o medo de uma multa ou de uma pena de prisão estatal.

Sobre a infalibilidade percebida nessas decisões, Zangbeto (2013, p. 19, tradução de Roberto Santos) discorre:

O veredito do Zangbeto é absoluto porque ele emana da própria terra que sustenta a vila. Não há apelo para uma instância superior quando a sentença é proferida pela força que protege o território. A lógica do imaginário jurídico africano baseia-se na premissa de que a verdade é uma propriedade da ancestralidade, e não uma construção de retórica advocatícia.

Sob a ótica da Antropologia Jurídica, constata-se que, esse imaginário jurídico é alimentado por uma sofisticada performance de poder que antecede o próprio julgamento. Assim, a entrada dramática do mascarado no recinto, o silêncio absoluto imposto à multidão e a utilização de uma linguagem litúrgica arcaica, operam como marcadores rituais de autoridade. Essa encenação sagrada cria atmosfera de assimetria, onde o indivíduo se sente diminuído perante a eternidade e a soberania do grupo. Trata-se, portanto, de uma ritualística de legitimação jurídica em que a estética e a liturgia performática são indissociáveis da própria eficácia da sentença. Nesse viés, Ògúndélé (2015) sugere que, essa desproporção de poder é necessária para a eficácia da lei tradicional, pois o fiel aceita a sentença porque acredita que rebelar-se contra o Egungum é rebelar-se contra o próprio sangue e destino.

No caso específico do Zangbeto, a justiça é aplicada prioritariamente durante o período noturno, o que reforça o caráter inquisitorial e misterioso de sua jurisdição. Conforme analisa o antropólogo brasileiro Parés (2006) ao mapear as dinâmicas institucionais da antiga Costa dos Escravos, o mascarado atua como o guardião contra o mal social, englobando-se condutas como o roubo e o adultério infrações que violam diretamente a moralidade coletiva. A eficácia desse sistema de controle

consuetudinário, reflete-se em taxas de criminalidade significativamente menores nas áreas onde a atuação do Zangbeto é preservada. Desse modo, a fé na onipresença do espírito engendra um mecanismo capilarizado de policiamento interno, no qual a consciência do indivíduo opera como tribunal severo, sob a vigilância constante do imaginário da palha giratória.

Contudo, a coexistência entre o direito consuetudinário e o direito positivo nigeriano, nem sempre é isenta de tensões. Há casos em que decisões tradicionais entram em conflito com as normas de direitos humanos ocidentalizadas incorporadas na constituição da Nigéria. Entretanto, a discussão teórica atual indica que, para a maioria da população rural e periurbana, a legitimidade do Egungum permanece intacta. A lógica da tradição oferece a agilidade e a pertinência cultural que o sistema herdado do colonialismo ainda não conseguiu replicar, pois prova que a fé na justiça ancestral é a resposta pragmática à ineficiência burocrática.

Dessa forma, o Egungum e o Zangbeto funcionam como o 'cimento jurídico' das sociedades em que operam, uma vez que, ao fundirem a espiritualidade com a prática do julgamento, as instituições garantem que a lei seja sentida como verdade sagrada e não como imposição externa. A eficácia do veredito ancestral reside, então, na perfeita integração entre a fé do devoto e a lógica do imaginário social, onde o mascarado personifica a consciência histórica e moral do povo, pois garante a paz por meio da autoridade do invisível.

10 A DINÂMICA DE GÊNERO E O EQUILÍBRIO DAS FORÇAS INVISÍVEIS

A análise do Egungum e do Zangbeto, exige a desconstrução da ideia superficial de que essas são instituições puramente masculinas. Embora o ato de vestir a máscara e a performance pública sejam prerrogativas dos homens, o sustento espiritual e a validação do rito dependem intrinsecamente do poder feminino oculto, personificado nas Iyami Osoronga (*Minhas Mães Ancestrais*). Na cosmologia iorubá, o Egungum não pode se manifestar sem o aval das mulheres mais velhas da comunidade, as detentoras do segredo da fertilidade e da transição entre a vida e a morte. A lógica do imaginário estabelece, aqui, equilíbrio delicado: os homens detêm o 'poder de visão' (a máscara), mas as mulheres detêm o 'poder de existência' (*Aje*).

Além disso, o papel feminino no culto ao Egungum é exemplificado na figura da Iyamode, a única mulher autorizada a entrar no santuário sagrado e invocar os

ancestrais. Sem o seu cântico e o seu conhecimento litúrgico, a máscara permaneceria como objeto inerte. Sendo assim, Ògúndélé (2015) aponta que, essa divisão de tarefas é a tecnologia de controle social, pois impede que o poder espiritual se torne tirânico ou desequilibrado. A fé no Egungum é, portanto, a fé na colaboração entre os gêneros, onde o masculino visível é apenas a ponta do *iceberg* cujo suporte é o feminino invisível.

Nesse sentido, Zangbetu (2013, p. 22, tradução de Roberto Santos), esclarece a participação feminina no imaginário do Zangbetu que:

Embora o Zangbetu seja a face pública da ordem masculina, sua força é frequentemente atribuída ao segredo que as mulheres guardam em silêncio. No imaginário Ogu, a autoridade não é uma posse individual, mas um equilíbrio de forças onde o silêncio feminino é tão poderoso quanto a dança masculina. A fé no espírito da palha é a fé no equilíbrio do universo.

Essa dinâmica revela que, a lógica do imaginário funciona como espelho da estrutura social africana, que é fundamentalmente complementar e não competitiva no plano sagrado. Conforme sugere Adéyemọ (2017), a exclusão das mulheres do desempenho externa é a forma de protegê-las e de proteger o rito, pois o poder feminino é considerado tão intenso, que a exposição direta poderia 'queimar' a eficácia da máscara. A fé, nesse sentido, é alimentada pelo mistério do que cada gênero guarda para o benefício do todo, consolidando-se a ideia de que o segredo é a base da autoridade.

Dessa maneira, a participação das mulheres também se dá, por meio dos coros de Iwi (poesia cantada), onde as vozes femininas narram às linhagens e as conquistas dos ancestrais que estão sendo representados. É a voz da mulher que 'humaniza' o ancestral e reconecta a máscara à história viva da família. Sem essa narrativa oral feminina, o Egungum perderia a identidade e se tornaria a entidade genérica. A lógica do imaginário depende, portanto, da memória feminina para que a fé do devoto encontre alvo específico: o próprio antepassado e não apenas o espírito abstrato.

Em termos de poder político, as 'Mães' atuam como instância de controle sobre as sociedades de máscaras. Se um Egungum abusa do poder ou se comporta de forma antiética, são as mulheres anciãs que retiram o suporte espiritual da máscara, tornando-a 'impura' e ineficaz. Essa fiscalização feminina invisível é o que garante que a lógica da ordem social seja mantida, pois a fé do povo no Egungum é, em última instância, a fé na integridade desse sistema de pesos e contrapesos entre o masculino e o feminino, que garante a sobrevivência da tradição.

Consequentemente, o Egungum e o Zangbeto são manifestações da totalidade andrógina no plano espiritual, uma vez que, a análise de gênero revela que a lógica do imaginário não exclui o feminino, mas o situa no centro do segredo e da invocação. Dessa forma, a compreensão da relação é fundamental para evitar interpretações simplistas que veem no mascaramento apenas a ferramenta de patriarcado. Na verdade, trata-se da tecnologia de harmonia cósmica onde a fé e o poder são distribuídos de forma a garantir que a vida comunitária seja protegida tanto pela força visível quanto pela sabedoria oculta.

11 A TRANSNACIONALIDADE DO IMAGINÁRIO E OS DESAFIOS DA ERA DIGITAL

A resiliência do Egungum e do Zangbeto não se limita às fronteiras geográficas da Nigéria; se estende pela 'geografia da fé' que abrange a diáspora africana, especialmente no Brasil e no Caribe. No Brasil, o culto aos *Egunguns na Ilha de Itaparica*, recôncavo baiano, mantém a mesma lógica do imaginário e rigor ritualístico encontrados em *Oyo* ou *Ibadan*, pois prova que o sistema de crenças é capaz de sobreviver ao trauma do tráfico negreiro e à pressão do catolicismo hegemônico. A transnacionalidade dessa prática, demonstra que a 'lógica da ancestralidade' é o *software* cultural extremamente robusto, capaz de rodar em diferentes *hardwares* sociais e históricos.

Assim, a adaptação no novo mundo, envolveu a reconfiguração da fé, onde o ancestral passou a representar não apenas a linhagem familiar específica, mas a própria resistência da identidade africana em solo estrangeiro. Nessa perspectiva, Adéyemọ (2017) discute como a máscara tornou-se território de soberania mental para o escravizado e descendentes. A lógica do imaginário permitiu que, mesmo sob o domínio físico do senhor de escravos, o iniciado mantivesse a conexão inviolável com o Orun, protegida pelo segredo da máscara que nenhum europeu conseguia decifrar.

Sobre a globalização dos símbolos, Ògúndélé (2015, p. 21, tradução de Beatriz Silva) afirma que:

O Egungun no século XXI não é mais um habitante exclusivo da floresta sagrada; ele agora habita a rede global. A transnacionalidade do rito força-nos a repensar a lógica do imaginário para além do solo nigeriano. A fé atravessa o Atlântico, mas o código de autoridade permanece o mesmo: a máscara é o portal onde o tempo se dobra.

Entretanto, a era digital impõe desafios sem precedentes ao segredo que sustenta o Egungum e o Zangbeto. É válido observar que, a proliferação de *smartphones* e redes sociais transformou ritos que eram estritamente privados ou locais em espetáculos globais de consumo visual. Com esse olhar, Zangbetu (2013) expressa preocupação com a ‘profanação da imagem’, onde a captura indiscriminada de fotos e vídeos pode esvaziar a máscara da carga sagrada. Se o mistério é a base da lógica do imaginário, a hipervisibilidade digital ameaça o alicerce da fé, pois transforma o espírito em ‘conteúdo’.

Por outro lado, as sociedades das máscaras nigerianas têm utilizado a tecnologia para reafirmar o poder. É comum encontrar páginas de *Facebook* e perfis de *Instagram* dedicados a linhagens de Egungum, onde os ritos são anunciados e a diáspora pode acompanhar a performance dos ancestrais à distância. Assim, a lógica do imaginário adapta-se, pois cria a ‘fé digital’, onde o Ase é transmitido via satélite. Essa modernização, mostra que a tradição não é o oposto da tecnologia, mas a forma de conhecimento que pode utilizar novos meios para garantir a sobrevivência e relevância política no cenário global.

Outro desafio é a comercialização do imaginário Zangbeto para o turismo. Em algumas regiões, o rito é performado fora do contexto sagrado para visitantes estrangeiros, o que gera debates intensos sobre a autenticidade e a integridade da fé. Com efeito, Adéyemọ (2017) sugere que, a ‘mercantilização do mistério’ é o maior risco para a lógica do imaginário no século XXI. Quando a máscara se torna *souvenir*, a tecnologia social de controle e proteção que representa, corre o risco de ser desmantelada em favor do entretenimento exótico.

Por conseguinte, a transnacionalidade e a digitalização do Egungum e do Zangbeto, revelam a incrível plasticidade dessas instituições, visto que, continuam a oferecer o sentido de identidade e justiça no mundo fragmentado, provando-se que, a necessidade humana de conexão com o invisível é universal. O desafio futuro, nesse sentido, será manter a lógica do segredo e a fé, no mundo que exige transparência e consumo imediato. O Egungum e o Zangbeto, como guardiões da memória, devem, agora, aprender a mascarar-se também na rede, protegendo-se a essência da alma africana na fronteira final da era digital.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida permite compreender o *Egungum* e o *Zangbeto* para além de uma leitura que os reduza a permanências de um passado religioso ou a manifestações de caráter estritamente folclórico. No contexto abordado, ambos se apresentam como práticas nas quais fé, ancestralidade, ritualidade, memória e organização comunitária se articulam na produção e na circulação de sentidos. Sob essa perspectiva, a relação entre a fé e a lógica *do/no* imaginário *Zangbeto* nigeriano evidencia formas pelas quais o visível e o invisível participam da constituição de referências coletivas, posições de autoridade e modos de pertencimento social.

Ao longo do estudo, o *Egungum* evidencia-se como uma das formas de atualização simbólica da continuidade entre ancestralidade, memória e vida comunitária. Nessa perspectiva, a transformação ritual do “*tecido em espírito*” pode ser compreendida como uma operação simbólica mediante a qual a ancestralidade se torna presença no espaço dos vivos. Não se trata apenas de representar aquele que morreu, mas de reinscrever, por meio da ritualidade, valores, referências e vínculos que relacionam diferentes temporalidades e possibilitam à comunidade reconhecer-se na continuidade de sua memória ancestral.

A fé, nesse contexto, não se restringe à adesão a uma realidade invisível, uma vez que se articula ao segredo, à ritualidade e às formas de transmissão de saberes no interior da comunidade. A denominada pedagogia do segredo adquire, assim, relevância por participar da organização de posições, responsabilidades e conhecimentos associados ao rito. Desse modo, o *Egungum* ultrapassa uma compreensão exclusivamente religiosa: sua presença simbólica participa da preservação da memória, da orientação das relações coletivas e da manutenção de referenciais compartilhados. A ancestralidade deixa, portanto, de significar somente aquilo que pertence ao passado e passa a operar como memória atualizada nas relações entre os vivos.

O *Zangbeto*, por sua vez, permite compreender outra dimensão dessa articulação entre fé, imaginário e organização comunitária. O mistério que envolve sua manifestação e a imagem da “*palha que gira sozinha*” integram uma construção ritual na qual visibilidade e invisibilidade se complementam. Nesse funcionamento, a autoridade não decorre apenas daquilo que pode ser materialmente observado, mas também dos sentidos socialmente constituídos em torno do segredo, da proteção e

da vigilância. Assim, mais do que qualificar o *Zangbeto* como uma “tecnologia social de alta eficiência”, torna-se analiticamente mais prudente compreendê-lo como uma prática tradicional por meio da qual dimensões espirituais, simbólicas e comunitárias se articulam na produção de autoridade e proteção.

A dimensão estética assume papel igualmente relevante nesse processo. Os tecidos, as formas, os movimentos, os elementos visuais e o próprio ocultamento do corpo não constituem aspectos meramente ornamentais, mas participam da materialidade por meio da qual o rito se torna reconhecível e produz sentidos. A máscara, nesse caso, não deve ser entendida somente como objeto que encobre uma identidade: ela integra uma configuração ritual na qual corpo, movimento, segredo, ancestralidade e crença estabelecem relações. É justamente nessa articulação que a lógica *do/no* imaginário adquire densidade, pois aquilo que se vê mantém uma relação constitutiva com aquilo que permanece oculto.

As relações sociais e as dinâmicas de gênero mencionadas no estudo também devem ser compreendidas no interior dessa organização ritual, evitando-se reduzi-las a funções isoladas. Homens, mulheres, iniciados e demais integrantes da comunidade ocupam posições distintas nas redes de transmissão, preservação e reconhecimento dos saberes relacionados às manifestações. Nessa perspectiva, a permanência do rito depende não de uma suposta adesão homogênea, mas das relações sociais e simbólicas mediante as quais determinados conhecimentos são transmitidos, determinados segredos são preservados e determinadas posições são reconhecidas coletivamente.

No que se refere às formas tradicionais de mediação de conflitos, a análise permite observar a articulação entre ancestralidade, autoridade e ordenamento comunitário. Em vez de estabelecer uma oposição absoluta entre tradição e direito estatal ou afirmar superioridade de um sistema sobre outro, interessa compreender como determinadas formas consuetudinárias de autoridade encontram legitimidade no interior das comunidades que as reconhecem. A dimensão ancestral participa, nesse sentido, da constituição de referências éticas e coletivas relacionadas à mediação de conflitos familiares, comunitários e ligados à terra. A questão central desloca-se, portanto, da suposta competição entre sistemas para a compreensão das diferentes bases sobre as quais a autoridade e a legitimidade podem ser socialmente construídas.

A relação com a modernidade, por sua vez, não precisa ser compreendida como oposição simples entre permanência e desaparecimento. As manifestações analisadas permitem pensar processos de continuidade, transformação e ressignificação. Quando novas formas de circulação e visibilidade alcançam práticas tradicionalmente relacionadas ao segredo e à presença ritual, surgem tensões importantes entre aquilo que pode ser mostrado, aquilo que deve permanecer reservado e aquilo que passa a adquirir novos sentidos. Essa questão abre possibilidades para investigações futuras sobre as relações entre tradição, circulação cultural, tecnologias contemporâneas e preservação dos conhecimentos comunitários, sem pressupor antecipadamente os efeitos desses processos.

Dessa maneira, o estudo de *Egungum* e *Zangbeto*, orientado pela relação entre fé e lógica *do/no* imaginário, contribui para deslocar perspectivas que interpretam práticas africanas exclusivamente pelas categorias de exotismo, folclore ou irracionalidade. Considerá-las em sua complexidade significa reconhecer que ancestralidade, memória, estética, ritualidade, segredo e autoridade constituem dimensões articuladas de formas específicas de produzir e organizar sentidos. Trata-se, portanto, de compreender essas manifestações a partir das relações sociais e culturais nas quais adquirem inteligibilidade, evitando submetê-las previamente a modelos explicativos externos às suas próprias condições de existência.

Por fim, o “segredo” da máscara pode ser compreendido menos como simples ocultamento e mais como elemento constitutivo de uma lógica ritual na qual mostrar e esconder, presença e ausência, materialidade e invisibilidade se relacionam continuamente. É nesse movimento que o *Egungum* atualiza a ancestralidade e que o *Zangbeto* articula mistério, autoridade e proteção no espaço comunitário. A relação entre fé e imaginário revela-se, assim, não como oposição entre crença e racionalidade, mas como campo no qual diferentes formas de significar e organizar a experiência social se constituem. *Entre o tecido que torna presente a ancestralidade e a palha que encena o mistério, encontra-se uma lógica cultural na qual memória, pertencimento, autoridade e continuidade são permanentemente produzidos e ressignificados.*

REFERÊNCIAS

- ADÉYÈMỌ, Taiwo. **Egungum**: uma prática religiosa tradicional iorubá. Tradução de André Oliveira. 2. ed. Lagos: African Heritage Press, 2017.
- ALMEIDA, Roberto Santos (Org.). **Zangbeto**: a polícia do invisível na África ocidental. São Paulo: Editora Antropologia Viva, 2021.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Iphan reconhece o Culto aos Egunguns como Patrimônio Cultural**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2024.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- NATIONAL GEOGRAPHIC. The secret societies of Benin and Nigeria. **Washington**, DC, v. 224, n. 4, out. 2013. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/related/36633072-1f14-3138-a8fb-c4f9d01b1639/secret-societies> Acesso em: 29 set. 2026.
- ÒGÚNDÉLÉ, Peter. **O conceito iorubá de Egungun**: uma análise filosófica sobre a ancestralidade. Tradução de Beatriz Silva. Ibadan: University of Ibadan Press, 2015.
- PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé**: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Unicamp, 2006.
- PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: orixás e candomblé nas grandes cidades. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nàgó e a morte**: Pàde, Àsèsè e o culto égun na Bahia. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- UNESCO. **Atlas of traditional cultures and oral heritage**. Paris: UNESCO Publishing, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187026> Acesso em: 29 set. 2026.
- VERGER, Pierre. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos e na antiga costa dos escravos na África**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.
- ZANGBETU, Akouavi. **O imaginário Zangbeto nigeriano**: um estudo do conceito ogu de realidade. Tradução de Roberto Santos. Porto Novo: Editions du Bénin, 2013.